

REQUERIMENTO

Assunto: *Solicitando ao prefeito informar a possibilidade da construção, em caráter de urgência, de rampa de acessibilidade defronte à Unidade de Saúde da Região Oeste "Dr. José Barbosa".*

Considerando que a Unidade de Saúde da Região Oeste "Dr. José Barbosa" é um ponto de referência para o atendimento médico de centenas de moradores daquela localidade, incluindo idosos, gestantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

Considerando que foi constatada a inexistência de rampa de acessibilidade adequada defronte à referida unidade, o que dificulta — e por vezes impede — o acesso seguro de pacientes que utilizam cadeiras de rodas, andadores ou que possuem dificuldades de locomoção;

Considerando que a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a NBR 9050 estabelecem a obrigatoriedade de acessibilidade em prédios e logradouros públicos, visando garantir o direito de ir e vir com autonomia e segurança;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, officie-se ao Exmo. Sr. Prefeito para que através do setor competente da Municipalidade informe:

1. Existe planejamento imediato para a construção da rampa de acessibilidade na calçada defronte à Unidade de Saúde Dr. José Barbosa?
2. Diante da inexistência desse recurso essencial no local, é possível priorizar esta obra para execução em caráter de urgência?



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

3. Caso positivo, qual a previsão de data para o início e término da referida adequação?
4. Caso não haja previsão, qual o impedimento técnico ou orçamentário para a realização desta melhoria de baixo custo e alto impacto social?

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

SARGENTO NERI

Vereador – PL





CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO



Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).





CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO



Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

